Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VIII - Nº 64 - MARCO DE 2020

EDITORIAL

CORTE NO SALÁRIO

O ano de 2020 começa, em grande parte, com a continuidade das lutas de 2019. É um ano novo com cara de velho: muitos serão os embates frente aos constantes retrocessos do Governo Federal em relação à educação pública, gratuita e de qualidade no país. Portanto, alguns temas não podem ser deixados de fora do centro dos debates. O principal deles é a reforma administrativa que deve chegar logo mais ao Congresso com mudanças graves e profundas no funcionalismo público, incluindo o fim da estabilidade para a maioria das carreiras. Enquanto isso, já tramitam de forma acelerada as PECs 186, 187 e 188 que trazem consigo a promessa de cortes de até 25% no salário dos servidores públicos, além de congelamento de salários, progressões e promoções por tempo indeterminado. Neste sentido, esta edição traz em suas páginas centrais uma matéria e entrevista com Eduardo Rolim, diretor de assuntos jurídicos da Proifes-Federação, sobre o impacto da nova previdência para os professores: afinal de contas, você sabe como e quando vai se aposentar? Da mesma forma, trazemos uma entrevista com Vladimir Nepomuceno, ex-diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, sobre as PECs 186, 187. 188 e outras ameaças da reforma administrativa que se avizinha. Nesta edição também há espaço para pesquisa e educação: trazemos duas matérias sobre projetos do Cepae ligados ao aprendizado de crianças e jovens, assim como uma reportagem com a pesquisadora Ana Paula Kipnis e seu estudo inovador sobre a tuberculose. Temos, ainda, uma entrevista com o professor Athos Magno Costa e Silva, que lançou um amplo e detalhado livro sobre o Estado de direito, democracia e liberdade.

Redação: (62) 3202-1280 jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

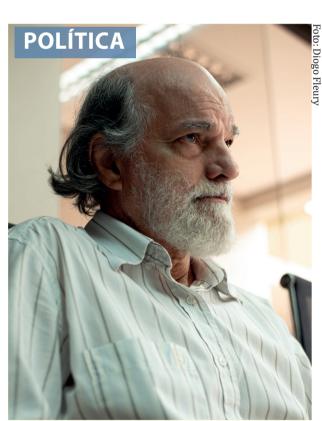
Boa leitura!



Professor Eduardo Rolim esclarece as dúvidas sobre a nova previdência Páginas 8 e 9



Professora Helena Canuto deixa sua marca tanto no consultório quanto na sala de aula



Athos Magno propõe um Estado mais justo

Página 13

Página 16

ESCOLAS MILITARES

Professora Miriam Fábia alerta para o perigo da militarização

Página 12

MATEMÁTICA

Projeto Ludens inova na forma de lidar com números

Página 6

REFORMA ADMINISTRATIVA

Vladimir Nepomuceno explica os perigos para o funcionalismo

Página 10

2 • Goiânia, março de 2020 Jornal do Professor

prestação de contas

Setembro de 2019			
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	358.056,92	
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.292,00	
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.468,79	
1.4	Receitas Financeiras	22.868,14	
1.5	Outras Receitas	3.423,37	
1.6	Resgate de aplicações financeiras	112.599,14	
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	805,70	
Total R\$		499.902,66	

2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	84.180,61
2.1.2	Encargos Sociais	36.298,83
2.1.3	Seguro de Vida	771,50
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	355,92
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	3.235,58
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	865,25
Total F	R\$	126.356,69

2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.242,30
2.2.2	Despesas com Correios	3.819,16
2.2.3	Energia Elétrica	3.621,18
2.2.4	Honorários Advocatícios	30.511,00
2.2.5	Honorários Contábeis	8.942,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	8.994,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.228,39
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	438,07
2.2.11	Vigilância e Segurança	443,17
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.666,50
2.2.13	Serviços de Informática	2.520,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	10.532,50
2.2.15	Água e Esgoto	987,99
Total R	\$	79.346,26

2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.594,07
2.3.2	Despesas com Táxi	480,42
2.3.3	Despesas com Coral	1.571,03
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	82,67
2.3.5	Diárias de Viagens	10.372,80
2.3.6	Tarifas Bancárias	923,97
2.3.7	Lanches e Refeições	3.304,71
2.3.8	Quintart	4.439,52
2.3.9	Patrocínios e Doações	14.680,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	567,98
2.3.11	Festa do Professor	10.928,09
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	8.768,16
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.947,15
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.323,96
2.3.16	Hospedagens Hotéis	3.581,50
2.3.17	Material de expediente	691,14
2.3.18	Outras despesas diversas	2.121,20
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.589,77
2.3.20	Homenagens e Condecorações	200,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.855,92
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.838,05
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	1.940,87
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	2.000,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.237,73
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	800,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	1.350,42
Total R	\$	88.191,14

2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.744,99
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	212,54
Total F	R\$	3.957,53

2.5	Repasse Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	28.630,00
Total I	R\$	28.630,00

Tota	l Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	326.481,62
3	Resultado do exercício 09.2019 (1-2)	173.421,04

4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	9.750,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	3.284,74
Total I	R\$	13.034,74

4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	998,70
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total I	R\$	998,70
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB	100.040,00
Total I	R\$	100.040,00
Total (Geral dos Investimentos R\$	114.073,44

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PROFESSORES DEFICIENTES.

O Supremo Tribunal Federal publicou o deferimento do Mandado de Injunção ajuizado pela Assessoria Jurídica do Sindicato, garantindo aos professores e professoras que são deficientes o direito de se aposentar de forma especial, nos moldes do que é garantido ao trabalhadores do RGPS.

Para o advogado Elias Menta "se trata relevantíssima vitória em medida constitucional de grande relevância para assegurar a dignidade da pessoa humana, em especial para os professores e professoras que são deficientes e merecem, como assegura a constituição, uma aposentadoria especial, que, infelizmente, até atualidade, estava impossibilitada de ser exercida pela ausência de regulamentação da matéria pelo congresso nacional".

O ADUFG-Sindicato está em contato com a Reitoria visando contribuir e participar da formulação do procedimento que será adotado para realização das perícias nos professores e professoras.

ART. 192

Assessoria Jurídica do Sindicato informa que, ainda em fevereiro, iniciará o ajuizamento das ações individuais que tratam da forma de cálculo da vantagem do art. 192 da Lei 8.112, para os docentes que se aposentaram de 1991 até 1996 e possuem tal vantagem.

Para o advogado Elias Menta, "as ações individuais possuem fundamentos bastantes e necessários para se garantir o direito dos professores e professoras que a décadas percebem a gratificação em conformidade com a orientação normativa da época de suas aposentadorias, atendendo aos ditames da súmula nº 359 do STF".



A capa da edição 63 (dezembro de 2019) trouxe uma foto de uma escultura. Na legenda, não foi colocada a autoria, que é da professora Cecy Curado. Pedimos desculpas pelo equívoco.



19ª Diretoria Executiva Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

> **Flávio Alves da Silva** Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro Diretor Vice-Presidente

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura Diretora-Secretária

e de Comunicação

Daniel Christino

Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas

> **João Batista de Deus** Diretor Administrativo

Geovana Reis

Diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho MarquesDiretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz

Diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

> ANO VIII - № 64 MARÇO de 2020

Professor Juarez Ferraz de Maia **Idealizador do projeto**

Cleomar Nogueira **Projeto gráfico original**

Rafael Vaz **Editor responsável**

José Abrão (JP 3331 GO) **Edição e reportagem**

Luciana Porto (JP 3175 GO) **Reportagem**

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 28/02/2020

Tiragem: 3.000 exemplares **Impressão:** Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Vivemos um

momento em que

a democracia, o

Estado e a educação

brasileira passam por

grandes retrocessos

e de desconstrução

dos avanços que

vinham sendo

produzidos desde a

redemocratização

do país.



Educação no Brasil - para quê?

João Ferreira de Oliveira*

Aprendemos com os grandes pensadores e referências históricas do campo da educação que devemos sempre nos questionar sobre os fins da educação, sobre a educação que temos e sobre a educação que queremos. Questões como essas já apareciam no Brasil no Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 e até hoje precisam ser discutidas, sobretudo porque nossa história é de pouco apreço à democracia, dados os momentos de ruptura e de ditatura. Nessa trajetória educacional, a ampliação do direito e da qualidade da educação ficam quase sempre prejudicadas, fazendo

com que a educação pública, destinada aos segmentos menos favorecidos da sociedade, não cumpra efetivamente seu papel de socialização dos conhecimentos, de formação crítica e qualificação para o exercício da cidadania, de desenvolvimento integral dos estudantes e de contribuição ao processo de emancipação social.

A luta histórica dos educadores progressistas, sobretudo no âmbito do Estado de direito e de construção de um estado social, buscou, via de regra, ampliar a demanda social por uma educação pública gratuita, obrigatória, laica e de qualidade social. Essa luta pela universalização da educação pública tem incluído a defesa da gestão democrática, da diversidade e inclusão social, da criação de condições de oferta, da adoção de padrões de qualidade que resultem em uma aprendizagem mais qualificada.

Com o fim do Regime Militar e com o processo de redemocratização do país, surgiu a perspectiva de um projeto de nação democrática materializado, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, chamada de constituição cidadã. O Art. 6º da Constituição traz, por exemplo, os direitos sociais, dentre os quais: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança,

previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. É nesse contexto que vai se colocando a perspectiva de construção de um projeto educacional inclusivo, dado o contexto de heterogeneidade e de assimetrias regionais na oferta da educação pública, mesmo com a ausência de um sistema nacional de educação. Essa elaboração e materialização de projetos por meio dos entes federados e sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) contribui em certa medida para algumas orientações importantes tais como: educação como direito social e humano, numa perspectiva mais igualitária e inclusiva; equiparação das oportunidades aos estudantes de diferentes condições sociais; ampliação da justiça social em termos do aumento de oportunidades educacionais; adoção de uma escola não seletiva e não discriminatória; e, universalização da educação de qualidade, sobretudo na educação básica obrigatória e nas demais modalidades de educação.

É grande a tarefa de estados e municípios em termos da educação

pública no Brasil, sobretudo quando se considera a atuação ainda pouco significativa da União na resolução dos grandes problemas educacionais brasileiros, o que acaba por manter um patamar de assimetria municipal, estadual e regional e de baixo desempenho dos estudantes. A falta de compromisso com a efetivação das metas do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e com a implantação do Sistema Nacional de Educação, agravados pela aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos primários por 20 anos, certamente inviabiliza ações fundamentais do direito à educação.

A falta de institucionalização e materialização de um Sistema Nacional de Educação, num contexto de colaboração e participação democrática da sociedade política e civil organizada, é um dos grandes desafios à superação dos problemas da educação brasileira. As políticas educacionais formuladas e implementadas no país, sobretudo em momentos políticos de maior centralização e autoritarismo pouco ou quase nada consideram os diferentes agentes e modos de regulação existentes nos sistemas de ensino, o que faz com que muitas das políticas e ações de financiamento, de currículo, de avaliação, de gestão e de formação docente não se materializem, ou seja, não resultem em melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

As eleições de 2018, para o período 2019 a 2022, ocorreram num contexto de crise econômica, política e social, acentuado a partir de 2013. Os anos de crescimento econômico, de políticas desenvolvimentistas, de ampliação do consumo, de políticas sociais de inclusão, de redução da pobreza e aumento real do salário mínimo etc., seguidos de crise econômica, diminuição do PIB, aumento da taxa de desemprego etc., vão dando lugar a um ambiente de tensões, polarização e mudanças políticas, com mobilização da direita e movimentos conservadores, propícias à ruptura politica e ao favorecimento de projeto(s) neoliberais, conservadores e autoritários de

sociedade, incluindo a (des)construção do Estado de pendor mais social, em benefício da chamada sociedade de livre mercado com clara hegemonia do capital financeiro.

Vivemos um momento em que a democracia, o Estado e a educação brasileira passam por grandes retrocessos e de desconstrução dos avanços que vinham sendo produzidos desde a redemocratização do país, por meio de uma agenda conservadora e neoliberal que se contrapõe à luta histórica dos educadores progressistas e entidades da área em prol da construção de um projeto educacional democrático e inclusivo, pautado por políticas de Estado para a educação nacional. Há que se construir, pois, uma agenda de defesa de uma educação democrática e inclusiva, como projeto coletivo e propositivo, para enfrentarmos a perda de direitos e a ideologia conservadora da política e das ações em curso no Brasil.

*João Ferreira de Oliveira é Professor Titular da Universidade Federal de Goiás - Brasil.



BPEq e QRSTA: Uma autonomia necessária

Geci José Pereira da Silva*

O Banco de Professor-Equivalente (BPEq) foi instituído por meio da Portaria Interministerial no 22/2007/MPOG/MEC, correspondendo a soma dos cargos de Professor de 3º Grau, efetivos e substitutos, em exercício na Universidade, e regulamentado posteriormente pelo Decreto no 7.485/2011, alterado pelo Decreto no 8.259/2014, sendo atualizado por Portarias Interministeriais MEC/MPOG.

Da mesma forma, o Decreto 7.312/2010 o Decreto No 8.260/2014 estabeleceramo Banco de Professor-Equivalente (BPEq) para o ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), nos Institutos Federais e nas Universidades Federais, respectivamente. Os BPEqs constituem importantes instrumentos de gestão administrativa de pessoal das IFEs, trazendo autonomia de autorização específica para realizar concursos públicos para suprir vacâncias, assim como, após longo período de demanda, limite de 20% (vinte por cento) para contratação de professores substitutos e/ou visitantes/visitante estrangeiro, proporcionando às instituições a ampliação dos afastamentos para qualificação, dos afastamentos para pós-doutorado e fortalecendo, através dos professores visitantes, a consolidação e internacionalização da Pós-Graduação nas instituições.

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), em contrapartida, foi constituído pelo Decreto no 7.232/2010, o qual define os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" – PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação), excluindo os cargos extintos e os níveis A e B, e autoriza a reposição automática das vacâncias, sem prévia autorização do MPOG. Como se percebe, a criação dos BPEqs e do QRSTA representa conquista relevante para a gestão estratégica de pessoas nas IFEs, pautando, inclusive, o estabelecimento dos tetos orçamentários anuais, além de constituir mecanismo facilitador do mais efetivo desempenho das universidades por viabilizar a flexibilidade, a ação local e a expansão da rede.

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os bancos vem sofrendo ataques constantes do governo federal, inicialmente com a publicação da Portaria Interministerial MPDG-MEC nº 109, de 27 de abril de 2017, que estabeleceu procedimentos a serem adotados pelas IFEs e pelo MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativas ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Com a publicação desta Portaria, nos concursos abertos em 2018 e 2019 as IFEs tiveram que fazer as previsões das vacâncias no ano anterior, mudando a dinâmica adotada até 2017, que era o provimento automático de todas as vacâncias constantes nos bancos.

A publicação do Decreto 9.739/2019, apesar de deixar os professores de fora, no nosso entendimento, desconhece o QRSTA, uma vez que para abertura de concursos para Técnico-Administrativos as IFEs deverão apresentar como uma das justificativas a descrição do processo de trabalho a ser desenvolvido pela força de trabalho pretendida e o impacto dessa força de trabalho no desempenho das atividades finalísticas do órgão ou da entidade, ou seja, deverão apresentar o dimensionamento da força de trabalho, fato que irá inviabilizar a recomposição dos TAEs nas IFEs. Além disso, o Ministro da Economia e o Presidente tem afirmado constantemente que dificilmente teremos concursos públicos no Brasil nos próximos anos, que representa um forte indício de que a qualquer momento

poderão desconsiderar, também, o BPEq.

Outro motivo de preocupação foi a publicação da LOA 2020, em que houve a repartição do orçamento da Educação em duas partes, sendo que uma das partes para ser liberada necessita de aprovação pelo Congresso Nacional de um projeto de lei complementar, a ser solicitado pelo governo, ao longo do ano de 2020. Parte significativa dos recursos para as universidades estão nesta fonte, o que pode comprometer pagamento de pessoal, provimento de vacâncias, progressões e promoções, contratação de professores substitutos e professores visitantes e mesmo o pagamento de incentivo a qualificação e retribuição por titulação assim que o servidor obtém a titulação, como é feito atualmente.

Um alerta já foi dado, uma vez que no dia 08 de janeiro de 2020 o MEC encaminhou ofício às instituições suspendendo o provimento de servidores no ano de 2020 até segunda ordem. Portanto, as instituições não puderam dar provimento no mês de janeiro de 2020, o que em alguns casos pode ter prejudicado o início do ano letivo. No dia 08 de fevereiro, o MEC encaminhou novo ofício às instituições com o quantitativo de provimentos de servidores que cada instituição poderá proceder em 2020, mas com a ressalva de que as instituições ao promover novos atos que aumentem despesas com pessoal ativo e inativo, benefícios e encargos à servidores e empregados públicos, devem abster-se de realizá-las em montantes cujos totais não estejam devidamente autorizados, ou seja, as instituições que tem parte significativa do orçamento dependendo de aprovação do Congresso Nacional terão dificuldade para dar provimento a novos servidores ou mesmo cumprir atos que aumentem despesas de pessoal.

Entendemos que a violação dos princípios definidores dos BPEqs e do QRSTA resultará em retrocesso, com graves consequências à operação das IFEs, dentre as quais gostaríamos de destacar: insuficiência de pessoal docente para o funcionamento de cursos de graduação, de pós-graduação, programas de extensão e da gestão universitária; dificuldades de contratação de professores substitutos e visitantes; prejuízo para o corpo discente face à imprevisibilidade na conclusão de cursos e programas; inviabilização e dificuldades na ampliação da (re)estruturação da oferta de programas acadêmicos; retorno às negociações casuísticas das IFEs junto ao governo federal; dificuldades no funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas, inclusive laboratórios e outras unidades especializadas, por falta de pessoal técnico-administrativo em número e em especialidade e a descontinuidade administrativa e acadêmica de uma maneira geral.

Diante do exposto, precisamos estar atentos para garantir que a LOA contemple o orçamento para o cumprimento das despesas necessárias na área de pessoal e entendemos que se faz necessário a defesa do Banco de Professor-Equivalente (BPEq) e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) das Universidades e dos Institutos Federais, como uma autonomia necessária para a gestão, de modo que possam dar provimento de forma contínua às vacâncias, obedecendo os limites dos bancos, mas sem a necessidade de autorização prévia para a utilização dos mesmos.

*Geci José Pereira da Silva é Professor Titular no IME/UFG.

Jornal do Professor Goiânia, março de 2020 • 5

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

FIM DA ESTABILIDADE

Sobre a reforma administrativa, Jair Bolsonaro voltou a afirmar que não irá afetar novos servidores, mas defendeu reduzir concursos ao mínimo, a extinção de carreiras e de manter a estabilidade da carreira para apenas algumas categorias, como as típicas de Estado. Ou seja: chega de estabilidade para o magistério superior ou para o ensino básico.

Acelerada

Rodrigo Maia, declarou que a tramitação da PEC 186 pode ser acelerada no Congresso. Maia informou que a proposta, que prevê redução de até 25% da jornada e do salário de servidores públicos que recebem acima de três salários mínimos, será apensada à Proposta de Emenda à Constituição 438/18, que já foi aprovada pela Comissão de Justiça, ou seja, já está adiantada no processo de tramitação.

Teto

Ela cria gatilhos para conter as despesas públicas e preservar a "regra de ouro" da EC 95 em que o governo não pode se endividar para pagar despesas como folha salarial, manutenção de órgãos e programas sociais. A PEC também prevê suspensão de concursos, progressões e promoções. Somada à PEC 188, que prevê congelamento de salários, o servidor pode ter, no futuro próximo, seu salário reduzido e congelado por até dois anos.

Vencida

O Governo Federal parece não ser muito atento na hora de manter os próprios prazos. A medida provisória que criou a carteirinha estudantil do Ministério da Educação (MEC), chamada de ID Estudantil, perdeu a validade, porque o tema não entrou em votação no Congresso.

Máfia

Na ocasião do seu lançamento, o ministro da educação Abraham Weintraub chamou a União Nacional dos Estudantes (UNE) de máfia. "Por que algumas pessoas são contra a carteirinha digital? Porque a UNE ganha R\$500 milhões por ano fazendo isso. A gente vai quebrar mais uma das máfias do Brasil, tirar R\$500 milhões das mãos da tigrada da UNE", disse.

Fundeb

Após o Governo Federal sinalizar que pode deixar o Fundeb acabar, o Planalto comprou briga com todos os governadores do País, que devem pressionar pela manutenção e ampliação do fundo. Reunidos em Brasília, eles assinaram uma proposta que já tramita no Congresso em apoio ao aumento de 10% para 40% da participação da União no fundo.

Corta-corta

A proposta vai na contramão do que pretende o ministro da Economia, Paulo Guedes, que é desindexar os gastos com educação e saúde e impor cortes emergenciais para Estados em crise. Sete deles já declararam estar quebrados: o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima e Mato Grosso.

Intriga da oposição

Ainda lidando com a crise institucional gerada pelas falhas no Enem, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, jogou a culpa na oposição. Ele afirmou que grupos de parlamentares, mídia e grupos econômicos tentaram impedir e adotaram "linha extremamente terrorista" contra o Enem 2019. Ele ainda acusou "militantes" de buscar provocar caos nas redes sociais.

Homenagem

O Rotary Club de Goiânia Anhanguera, presidido pelo professor Leandro Gonçalves, do ICB, prestou homenagem ao professor Orlando Ferreira de Castro, com um certificado de Reconhecimento Profissional. O professor foi pioneiro na UFG, tendo sido aluno da Escola de Engenharia do Brasil Central, participando ativamente da criação e da consolidação da universidade federal em nosso Estado.

Saída

Um grupo de deputados federais pediu ao Supremo Tribunal Federal o impeachment do ministro da Educação. O grupo apresentou denúncia por crime de responsabilidade e tem como base a inoperância do ministério, comprovado por própria avaliação de comissão da Câmara.

Voo cancelado

O Inep suspendeu as avaliações das instituições de ensino superior por falta de passagens aéreas. Integrantes do MEC afirmam que a suspensão se deve à portaria 2.227, do próprio MEC, que restringe o número de passagens e diárias para professores realizarem atividades fora de suas instituições. O MEC emitiu uma nota afirmando que as regras da portaria 2.227 estão sendo revistas.

Freire! Freire! Freire!

O discurso da professora Miriam Bianca Amaral Ribeiro, feito no final de janeiro durante colação de grau das turmas de psicologia e pedagogia, viralizou. Sua fala repercutiu em diversos sites e redes sociais de grande circulação, incluindo a revista Fórum e o Mídia Ninja. Em seu discurso de pouco mais de cinco minutos, a professora defende a universidade pública e o educador Paulo Freire.

Futuras gerações

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, criticou





Registro do Departamento de Zootecnia que tem um pequeno jardim interno. Por lá também habitam estes dois gatinhos que, ariscos, não queriam ser registrados por nossa câmera. durante Abraham Weintraub, em entrevista realizada no final de janeiro. À Folha, ele disse que "não posso defender a agenda do ministro de educação pois tenho responsabilidade com as futuras gerações".

Manto e adaga

Segundo a Folha, o ministro teria dito aos seus assessores que acredita ser vítima de uma conspiração olavista para gerar um desgaste dentro do governo. Weintraub estaria convencido de que elementos dentro do governo e mesmo do próprio MEC estariam conspirando para removê-lo da pasta.

Fuga

Matéria da Folha confirmou que o fenômeno da "fuga de cérebros" do Brasil continua. De acordo com levantamento feito pela publicação na USP, 73 professores saíram da instituição nos últimos três anos. A grande maioria (mais de 20) foi para o exterior após receber ofertas melhores tanto de salário quanto de financiamento.

Temor

Mais de 40 destes professores nomearam como causa a instabilidade e incerteza política e, principalmente, o medo de que haja mais cortes e restrições à educação superior e à pesquisa no Brasil, comprometendo a carreira acadêmica no ensino público.

Sem contratação

O MEC enviou um ofício às universidades e institutos federais vedando o aumento de despesas com pessoal ativo e inativo que não estejam previstos no orçamento de 2020. Com isso, ao menos três instituições (UTFPR, UFOB e IFSP) suspenderam a contratação de novos profissionais. Esta é a primeira vez que o MEC se antecipa e veda despesas não previstas.

Nem promoção

As instituição devem "observar a legislação" ao promover "novos atos que aumentem as despesas com pessoal ativo e inativo", incluindo "benefícios e encargos à servidores e empregados públicos" e "abster-se de realizálas em montantes cujos totais não estejam devidamente autorizados". Com isso, serão vedados pagamentos como a promoção por especialização (como quando os professores obtêm título de doutorado), adicional por insalubridade ou periculosidade, substituições de chefia, auxílios maternidade e pré-escolar, entre outros.

Sem Partido

No interior de São Paulo, uma professora de 58 anos enfrenta processo administrativo na rede pública municipal por falar sobre violência contra a mulher em sala de aula. Ela foi acusada pelo pai de uma aluna de "doutrinar" sobre feminismo e "ideologia de gênero". O caso aconteceu em Vinhedo, cidade com 70 mil habitantes, com uma educadora que atua na rede municipal há 20 anos. Ao jornal El País, a professora informou que já acolheu jovens estudantes vítimas de abuso ou violência dentro de casa e que seu objetivo era informar e promover a reflexão entre os estudantes.

Ensinando o gosto pelos números

Projeto Ludens do Cepae mistura diversão com matemática



Professora Luciana e Miriam no Laboratório de Educação Matemática: o aprendizado através de atividades lúdicas

José Abrão

Nos anos formativos do Ensino Fundamental, algumas disciplinas podem se tornar frustrantes, entre elas, a Matemática. Nem estranhamos quando alguma criança ou jovem diz não gostar da matéria. Porém, as professoras Luciana Parente e Miriam Guadagnini, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), apostaram que não era uma questão inerente à Matemática em si, mas aos métodos de ensino e engajamento.

Nasceu daí o projeto Ludens que completou 10 anos em 2019. "Foi uma forma que encontramos para mostrar para os alunos que a gente poderia aprender matemática mas de forma prazerosa", resume Luciana. O projeto é anual e começou em 2009 com nove oficinas realizadas em parcerias com o Instituto de Matemática e Estatística (IME), com a participação de 150 alunos. A principal mudança ocorreu em 2012 quando as oficinas passaram a ser direcionadas para os alunos mais velhos e do Ensino Médio. Para os mais iovens, foi criado o concurso de Matemática e Brinquedo em que os alunos dos quartos e quintos anos participavam em grupos e divididos em categorias.

"Eles tinham que desenvolver um brinquedo que tinha como ferramenta a matemática que eles estavam estudando naquela série. E esse brinquedo tem que ser confeccionado por materiais reciclados", explica Luciana, destacando que há todo um processo de pesquisa antes do desenvolvimento, inclusive com avaliação dos pares: "os meninos precisam preencher uma ficha detalhando todo o projeto e apresentam isso para os colegas. É na verdade um mini projeto de iniciação científica".

Naquele ano, a participação já saltou para 700 alunos. Também foi estabelecida uma parceria com a UEG de Anápolis, que permanece até hoje, em que alunos do curso de licenciatura ofertam oficinas. "A gente vê que, ao longo desses anos, todo o projeto vem se consolidando como muito importante e os alunos já esperam o Ludens chegar. Eles vão se divertir, brincar, pensar e são com-

petitivos. Em 2013, expandimos o projeto para dois dias, ele vai se encorpando cada vez mais", afirma Luciana.

"É um evento muito gratificante porque temos o apoio da comunidade. O público é muito feliz com o evento, as famílias e os alunos participam, temos um retorno muito bom", disse Miriam. "Muitas vezes as pessoas não têm essa visão da matemática, que ela pode ser alegre, divertida. Que as crianças podem se envolver". Ela conta que há sempre uma premiação e que os alunos apreciam muito a competição que sempre ocorre próximo ao dia 6 de maio, aniversário do matemático Malba Tahan.

A competição é visitada pelos alunos menores, então até quem não bota a mão na massa (ainda) se envolve com o projeto e os brinquedos das crianças maiores. E tudo isso fica registrado: o projeto tem anais, ISSN, além de fotos e tudo mais acessível em www.ludens.cepae.br. "Os meninos que participam tanto da UEG quanto da UFG recebem certificado, publicam, é um estudo

mesmo", conta Miriam. Em 2019, houve outra novidade, a inserção da competição de mancala, um jogo de tabuleiro matemático de origem africana e que foi muito bem recebido.

Para 2020, o plano é passar a fazer um festival de vídeos desenvolvidos pelos estudantes e ampliar o campeonato de mancala. "Já começamos a fazer vídeos com os alunos, tanto das apresentações que eles têm aqui das aulas de investigação quando das salas de aula, dos conteúdos, eles entrevistam pessoas, eles perguntam, eles explicam no quadro. Para que os pais e a comunidade possam perceber o que eles estão produzindo aqui em termos de matemática", justifica Miriam.

Enfim, toda estratégia é válida para alcançar o mesmo objetivo: "a nossa preocupação é mostrar pra eles que a matemática é acessível. Porque é culturalmente percebida como excludente", disse Luciana, "eles acham que a matemática é para poucos, só pra gênios. O Ludens vem para agregar que eu posso aprender matemática de forma gostosa, não é sofrido".

Projeto Abakos

O Ludens não é o único projeto das duas professoras. O Abakos toma lugar no Laboratório de Educação Matemática e é todo um material didático autoral, desenvolvido pelos professores do Cepae, para aulas de investigação ma-

temática e resolução de problemas. Ele está em seu quarto ano e foi desenvolvido para alunos de quinto e sexto ano. Com bases narrativas e com foco no desenvolvimento lógico para a solução de problemas, o objetivo é sair daquela abstração

de uma simples equação no quadro, oferecendo algo não apenas palpável, mas envolvente. "Eles vão trabalhar em grupo e resolver os questionamentos. Aqui, a gente não diz se está certo ou errado, é o coletivo. Os meninos precisam di-

zer, a partir das histórias fictícias, o que precisa ser investigado, precisam fazer os testes de como resolver o problema e no final dizer a que conclusão eles chegaram e porquê. São eles que vão investigar e dizer o que fazer", explica Miriam.

Cepae aposta na formação de professores da educação inclusiva

Mais do que o cumprimento da legislação, comissão formada por profissionais de diversas áreas unem a prática e a teoria para ensino acessível, diverso e com respeito às diferenças

Luciana Porto

Em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu durante a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência diretrizes para garantir o acesso aos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência. Entre as medidas adotadas, está a promoção da educação inclusiva por meio da não exclusão de crianças e adolescentes com deficiência do ensino regular e o desenvolvimento de ações específicas para cada aluno. Mas, embora o Brasil esteja fomentando projetos para atender à recomendação, o cenário ainda não é ideal. Isso porque sem a formação especializada de professores, os alunos com alguma necessidade especial de aprendizado permanecem desassistidos.

Uma iniciativa do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) da Universidade Federal de Goiás (UFG) pode contribuir para mudar um pouco dessa realidade. Criada há 10 anos com o objetivo de estimular ações voltadas para a educação especial, a Comissão de Educação Inclusiva exerce papel importante na formação de professores. De acordo com a docente e presidente da comissão, Cláudia Barreto, o projeto conta com a participação de alunos da

licenciatura bolsistas e voluntários que recebem treinamento para atuarem com as crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência, seja física, intelectual ou sensorial. "Temos esse formato de formação de professores em educação inclusiva há uns seis anos", conta.

Atualmente, o Cepae possui 55 alunos matriculados portadores de necessidades educacionais especiais. Único colégio de aplicação no Brasil com quadro de professores de carreira do ensino superior, a instituição seleciona todos os anos 15 bolsistas que realizam o acompanhamento individual dos alunos que não possuem autonomia escolar. "No ano passado acompanhamos 27 alunos com algum tipo de deficiência. Hoje o Cepae tem estudantes com cegueira total ou baixa visão, transtorno do espectro do autismo com ou sem deficiência intelectual, que são os casos mais desafiadores para nós, e outras com necessidades também", explica Cláudia.

Na rede municipal e estadual de ensino, a legislação prevê que as salas de aula tenham um professor de apoio para atender alunos com deficiência. Apesar disso, Cláudia avalia que esse tipo de profissional está escasso no mercado tanto em questões quantitativas quanto na formação, uma vez que o professor de apoio tornou-se um professor particular do aluno com necessidade especial nas escolas. "Se você tem um professor exclusivo para um determinado aluno, isso não é inclusão. No Cepae, nós não temos professor de apoio, optamos por fazer um trabalho em conjunto. Por isso, abrimos processos para licenciando, para que possamos fazer paralelo à inclusão escolar a formação de professores. O bolsista faz um trabalho de parceria com os demais professores. Ele não está em sala por causa de um único aluno ou porque o Ministério Público está nos pressionando. Esse foi o grande ganho para comissão nos últimos anos", acrescenta.

Cláudia explica que quando o licenciando ingressa na Comissão de Educação Inclusiva recebe a capacitação necessária para o ensino especial. A presidente do grupo conta que, durante todo o ano letivo, o Cepae oferece semanalmente um curso de formação, além disso, anualmente a instituição realiza um seminário que conta com a participação dos coordenadores dos cursos de licenciatura que aproveitam a oportunidade para conhecer o trabalho que os alunos da graduação desenvolvem dentro

do Cepae. "Passamos tudo que esse licenciando precisa saber sobre a educação inclusiva. Ele aprende como abordar um conteúdo com um aluno com deficiência intelectual, por exemplo. Não priorizamos somente a prática. Para 2020 estamos desenvolvendo alguns projetos de disciplinas acessórias, a primeira será a de química. Estamos montando uma metodologia diferente para cada tipo de aluno, e aí os estudantes com deficiência intelectual vão poder vivenciar o ensino de química inclusivo. Esse será o pontapé inicial para montarmos outros projetos", antecipa a professora.

Para Cláudia, o mais desafiador da educação inclusiva é reconhecer as potencialidades de cada indivíduo. De acordo com a professora, a visão que a comissão tem de inclusão hoje é a capacidade de entender e reconhecer o outro como sujeito e buscar as capacidades do alunos para minimizar as limitações. "O que a gente diz aqui é que a deficiência já está aparente, mas as capacidades desse sujeito que precisam ser salientadas e mostradas na comunidade escolar. Por isso, dentro desse trabalho de inclusão a gente ressalta o respeito às diferenças, acessibilidade e formação de professores", completa.



Eduardo Rolim: "as pessoas não estão desinformadas, estão pouco preocupadas. Isso é o mais grave"

Professor da UFRGS e diretor de Assuntos Jurídicos da Proifes-Federação conversou conosco sobre a nova previdência, a reforma administrativa e o perigo de desmonte do serviço público em 2020



Professor Eduardo Rolim apresentou de forma didática os principais impactos da nova previdência na carreira do magistério superior e sanou dúvidas da plateia

Luciana Porto e José Abrão

Apesar da batalha travada por vários meses entre as centrais sindicais e movimentos trabalhistas de todo o País contra a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, a medida foi aprovada e promulgada ainda no ano passado. As novas regras causam inúmeros prejuízos para os servidores da ativa e também para quem já se aposentou. Mas, professor, você sabe o que mudou na prática? Para esclarecer os principais pontos da nova Previdência, o Jornal do Professor conversou com o diretor de Assuntos Jurídicos da Proifes-Federação, Eduardo Rolim, que esteve em Goiânia no dia 18 de fevereiro, e em Jataí no dia 19 de fevereiro, para dialogar com docentes sobre

Gerações

Para saber em como as novas regras vão afetar cada professor, é necessário identificar

primeiro em que grupo se está inserido. A primeira geração de servidores é a de aposentados antes da Emenda Constitucional de número 41; a segunda pertence aos ingressos antes dessa Emenda e a terceira após a EC 41 e antes da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp); e a quarta geração contempla os trabalhadores que adentraram o serviço público após a Funpresp.

De acordo com Rolim, as novas regras preveem que os servidores inseridos na segunda, terceira e quarta geração poderão se aposentar abaixo da idade mínima apenas se cumprirem pedágio de 100% sobre o tempo faltante. Essa regra estabelece, ainda, outros requisitos adicionais como idade mínima de 60 anos para homens e 57 anos para mulheres, além de 30 de contribuição para mulheres e 35 anos para homens. O diretor da Proifes ressalta que,

para quem ainda levará tempo para se aposentar, essa opção não é boa.

Uma segunda regra para os servidores dessas gerações é a pontuação mínima necessária para se aposentar, cuja fórmula do cálculo soma a idade mais o tempo de contribuição do trabalhador que deve alcançar 86 para mulheres e 96 para os homens. "A partir do ano em que se atinge 30 ou 35 anos de contribuição, conseguimos determinar a idade necessária para se aposentar, o problema é que essa regra prevê o aumento de um ponto a cada ano e pode chegar à pontuação de 100 para mulheres e 105 para homens", explica Rolim.

Alíquotas

Discutido desde o governo do ex-presidente Michel Temer, e dado como inconstitucional, o aumento das alíquotas progressivas de contribuição previdenciária também estão na Previdência de Bolsonaro e já estão em validade. As novas taxas cobram do contribuinte a partir de 14%, para quem recebe salários entre R\$ R\$ R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06, podendo chegar até 22% para quem recebe mais.

Esses percentuais são ainda maiores para aposentados e pensionistas, por isso engana-se quem pensa que os aposentados estão livres da nova Previdência. "O governo Bolsonaro já chegou esperto com isso. A atual gestão já sabia que a implantação de alíquotas progressivas não tinha ido para frente no governo anterior. Então, o que eles fizeram? Mudaram a Constituição!", criticou o professor. Além disso, outras questões importantes também atingem quem já se aposentou, como o fim da isenção de duas vezes o teto para portadores de doença grave e a redução das pensões por morte.

Novatos

Com a Reforma, foram criados dois novos grupos de servidores: os que entraram antes e depois da publicação da nova Lei Complementar da EC 103/2019, que regulará os benefícios do Regime de Previdência dos Servidores Público (RPPS). Com as mudanças na legislação, a idade mínima para esse grupo, a idade mínima para se aposentar passa a ser de 62 anos para mulheres e 65 para homens, além de tempo de contribuição de 25 anos, sendo 10 no serviço público.

Mais reformas

Uma grande preocupação do professor Eduardo Rolim é que o "saco de maldade" do governo federal ainda não acabou. Vem por aí a reforma administrativa e as PECs 186, 187 e 188 que preveem cortes e congelamentos de salários, concursos e promoções. Para ele, é passada a hora de os professores se preocuparem com a situação, antes que ela se torne completamente irreversível.

Jornal do Professor: Como o senhor avalia o grau de informação dos professores sobre a nova previdência?

Eduardo Rolim: É difícil avaliar o grau de informação porque as pessoas não vão [nas palestras] (risos). Não sei se estas pessoas estão informadas, mas sei que os sindicatos estão tentando. Agora, eu acho que se as pessoas não estão desinformadas, estão pouco preocupadas, isso para mim é o mais grave. Talvez muita gente não tenha parado para pensar no que está acontecendo, o que vai ser da sua vida no futuro, porque pen-

sam que bom, o futuro está no futuro. Tentei mostrar aqui que as coisas estão acontecendo hoje, e até que aconteceram no passado: que quem mudou de regime há 10 anos e passou pra Dedicação Exclusiva achou que ia se aposentar como DE e não será! Esse é o grande problema, não falta de informação, mas de preocupação.

JP: E por que isso?

Eduardo Rolim: Eu estive há pouco tempo na França. Lá existe uma comoção popular que a gente quase não viu aqui no Brasil, ainda que tenhamos tido alguma vitória, como a derrota da capitalização. Precisamos, sem dúvida, de mais mobilização, até porque o "saco de maldades" do governo é muito mais fundo. Vem aí reforma administrativa, redução salarial, falta de concursos e várias outras questões que vão trazer problemas muito graves para a universidade pública. Circulou um ofício do MEC agora em que o reitor pode contratar se quiser, mas se não tiver orçamento ele está incorrendo num crime de responsabilidade fiscal. E aí, como fica? O orçamento de pessoal das instituições públicas para 2020 não cobrem a despesa de pessoal e para muita gente parece que nada está acontecendo.

JP: O governo está lançando a reforma administrativa, mas já temos tramitando as PECs 186, 187 e 188. O objetivo do governo é cortar salário? O que o senhor espera?

Eduardo Rolim: Primeiramente, que não deixemos que ela passe. Que tenhamos capacidade de mostrar pra sociedade

que o desmonte do serviço público vai deixar as pessoas sem o atendimento dos serviços mais básicos de que elas necessitam: saúde, segurança, educação. Se a 186 passar, será algo muito discricionário, que vai colocar um contra o outro na universidade. Teu orçamento é esse, agora você escolhe quem vai ganhar 25% a menos. Como isto vai ser feito? Não há diretrizes. É pra todo mundo? Diz lá que se atingir o teto da EC 95, se o gasto com pessoal crescer mais que no ano anterior mais a inflação. Isso sempre vai crescer! Há progressões, novos concursos. Isso tudo vai se perder ao longo do tempo. É o que falamos desde 2016: se a EC 95 não for revogada, ela vai acabar com o serviço público brasileiro em 10 anos. Parece que o governo atual quer acelerar esse processo.

JP: Somando a nova previdência e a falta de reajuste, já há perda real no salário do docente, algo que deve aumentar de forma drástica com a aprovação da 186.

Eduardo Rolim: Isso tudo, exatamente, além de falta de recurso para pesquisa, para extensão, para biblioteca, infraestrutura. Impactos muito graves estão vindo com a retirada de financiamento das universidades que a gente não tem ainda como mensurar. Fato é que nós vivemos, talvez, o maior ataque à ideia de uma universidade pública, gratuita e inclusiva.

JP: E quanto ao Future-se?
Eduardo Rolim: O MEC
não mandou nenhum projeto ao
Congresso ainda, o que é um bom
sinal, de que há fraqueza no projeto. Provavelmente, há a percep-

ção de que há alguma resistência e talvez o governo não queira apostar nisso. Conseguimos, mal ou bem, com as mobilizações de maio do ano passado, reduzir os cortes no orçamento das universidades e a mudança do projeto do Future-se. Temos que trabalhar para isso, especialmente no dia 18 de março, fazendo um movimento forte, para a partir daí elaborarmos um calendário. Sabemos que a greve será um modo de mobilização muito penalizado por este governo, como estamos vendo na Petrobras. Não duvido que este governo opte for uma forma de coerção maior, usando das forças públicas. Nada disso é descartado.

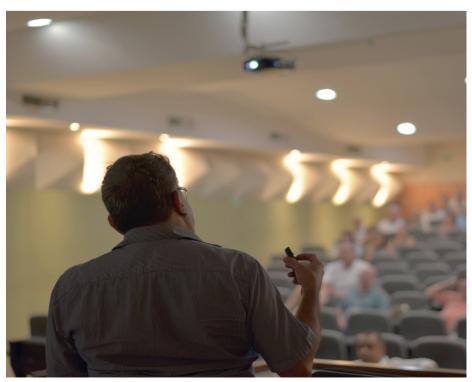
JP: O que o senhor acha da radicalização?

Eduardo Rolim: O problema é que temos que avaliar qual é a nossa força para radicalizar. Ainda estamos em um regime de certa liberdade, nenhum de nós ainda está sendo preso por visões políticas. Que isso pode vir a acontecer, ou algo como estamos vendo no Chile, em que as pessoas estão sendo massacrados, é algo que temos que ter em mente. A retórica desde governo não é amistosa.

JP: Qual seria o melhor caminho?

Eduardo Rolim: Acho que o principal caminho para os sindicatos é a informação. Temos que ser capazes de buscar formas de comunicação inteligentes. Hoje o mundo é da comunicação instantânea. Eu defendo que todos aqueles que acreditam na democracia, de qualquer aspecto político, precisam se unificar, para que possamos nos defender contra o retrocesso.





Em entrevista, o docente abordou sua preocupação com a agenda do Governo Federal para 2020, especialmente quanto à Reforma Administrativa e a PEC 186

"Temos que chamar as pessoas à consciência"

Vladimir Nepomuceno fala sobre os desafios de 2020 impostos pela reforma administrativa proposta pelo Governo Federal

José Abrão

Vladimir Nepomuceno hoje é consultor de entidades sindicais e de servidores públicos e passou 13 anos trabalhando como diretor na Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento. Em entrevista ao Jornal do Professor, ele foi duramente crítico à reforma administrativa do Governo Federal, que já está tomando forma através de leis, emendas e medidas provisórias.

Jornal do Professor: Podemos começar com um panorama da reforma administrativa que pode afetar estabilidade e progressão. O que vem por aí?

Vladimir Nepomuceno:

Essa reforma que o governo diz que vai criar na verdade é parte da reforma, porque parte já está tramitando no Congresso através das PECs 186, 187 e 188. O que vem por aí é o fim da estabilidade, maior contratação temporária, ampliar essas atividades que podem ter trabalho temporário. Outra coisa: todo mundo que for contratado, e não deve ser tanta gente assim, se for possível, não contratar pelo regime de servidor público, e sim pela CLT. Por exemplo, no caso de vocês: docente temporário, por CLT, para o reitor fazer economia na universidade. O estágio probatório não será mais como é hoje, em que os servidores que passarem pelo estágio são efetivados. A PEC 186 propõe congelamento temporário de salários por um período de até dois anos, mas a PEC 188 coloca o seguinte: quando o governo, municipal, estadual ou federal, chegar em uma crise financeira, ele pode congelar salário também. Então mesmo se a pessoa tem direito a uma promoção ou progressão, está congelado. Além de poder reduzir jornada, o que reduz o salário. Além disso, a ideia do governo é reduzir o que hoje são 117 carreiras para menos de 30, mas a maior parte destas



Para Vladimir, 2020 será um ano de muita luta e toda a sociedade precisa se engajar para evitar maiores retrocessos

carreiras têm mais de um cargo. Então são mais de 200 tabelas.

JP: Como o senhor avalia a possibilidade de aprovação?

Vladimir: O governo disse que quer aprovar tudo isso até o final do primeiro semestre. Eu penso o seguinte: se o movimento sindical mantiver a mobilização, com atividades, como a greve geral prevista para março, e fizermos mais pressão nos parlamentares em Brasília e nos estados {temos uma chance}.

JP: E provavelmente a campanha junto ao público será ideológica.

Vladimir: Vai por aí, vão usar o que eles tradicionalmente usam pra vender estatal, fechar setor público. Por exemplo: fechar algo porque não está funcionando. Não dizem que não está funcionando por falta de investimento ou sucateamento, mas porque é público! Outra: servidor ganha demais. Se o servidor ganha R\$ 10 mil e o equivalente dele no setor privado ganha R\$ 2 mil, não é porque o do setor privado está precarizado, é porque devemos botar o servidor pra fora e colocar cinco

celetistas. A estratégia é queimar a imagem tanto da administração pública quanto do servidor.

JP: Há também ações previstas contra os sindicatos?

Vladimir: É óbvio que vem por aí a restrição de atividades sindicais. O governo não fala, mas muitos dirigentes levam em consideração se o servidor tem alguma atividade sindical na hora da avaliação de desempenho. Todo servidor que se ausentar para participar de uma atividade sindical, como por exemplo um congresso, a proposta do governo é que isso seja considerado falta. Então para o sindicato realizar alguma coisa, vai ter muita dificuldade. Sem contar que o assédio institucional já está presente. Eu fiz uma palestra no CNPq e o número de participantes foi razoável, porque a direção entende que aquilo é importante. Fui fazer a palestra na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o auditório ficou praticamente vazio. Procurei saber o motivo e ouvi o seguinte: todo mundo que passava pelo corredor recebia um olhar atravessado da chefia. Você vai largar o seu trabalho pra ir na reunião do sindicato? Vá ao sindicato depois do expediente!

JP: Há também uma PEC contra os sindicatos, certo?

Vladimir: É, a PEC 171, que mudou de numeração, se não me engano, agora é a 196. Quando ela era 171, não atingiu o número de assinaturas necessárias. Hoje, pela norma constitucional, nenhuma categoria pode ter mais de um sindicato no limite mínimo de um município. Nessa proposta, qualquer grupo que quiser criar um sindicato, pode. A mesma cidade pode ter três, quatro, sindicatos representando a mesma categoria. No entanto, fica embutido nessa PEC a perspectiva de enfraquecimento e até mesmo destruição dos sindicatos considerados mais combativos ou fragmentação do movimento sindical como ele existe hoje. É muito difícil imaginar que um trabalhador vá se filiar a mais de um sindicato, então como você vai atrair o associado?

JP: Como que podemos nos organizar par combater tudo isso?

Vladimir: A gente tem que dizer pra sociedade o seguinte: se fechar, o servidor perde o emprego e o usuário perde o serviço. Uma unidade de saúde periférica que se fecha, não vai ter mais serviço de saúde naquele bairro, naquela região. As famílias mais carentes não vão poder colocar seus filhos em escolas públicas porque não haverá escola. Nas universidades, será dificultado o acesso, especialmente para famílias mais pobres, pois se você olhar o Future-se, a proposta é a privatização indireta da educação superior pública. No Future-se, a proposta não é colocar o povo para estudar de forma crítica, de pesquisa, analítica, é de formar mão de obra. Nós temos que usar todos os meios disponíveis no nosso cotidiano: nas redes sociais, é conversar com entidades sindicais do setor privado, com as comunidades. com seu colega de trabalho. Temos que chamar as pessoas à consciência. A gente tem que trazer a sociedade toda para essa luta contra a reforma administrativa.

Veneno de insetos pode virar tratamento para tuberculose

Pesquisa realizada pelo Instituto de Patologia e Medicina Tropical encontrou no veneno do escorpião e vespas substâncias capazes de matar bactérias causadoras da doença



Professora Ana Paula Kipnis lidera estudo que busca tratamento alternativo para a doença

Luciana Porto

Dados do Ministério da Saúde apontam que a tuberculose faz pelo menos 70 mil vítimas todos os anos no Brasil, sendo 4,5 mil delas fatais. Estatística ainda mais assustadora quando comparada às cerca de 7 mil pessoas que abandonam o tratamento sem antes tê-lo finalizado. Essa interrupção dos medicamentos é o principal motivo da doença ainda causar tantos óbitos, uma vez que ela pode levar os pacientes à resistência aos antibióticos. Mas, uma pesquisa do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), da Universidade Federal de Goiás (UFG), pode mudar essa realidade. O estudo encontrou no veneno dos escorpiões e das vespas uma alternativa que promete mais eficácia.

Segundo a professora do IPTSP, Ana Paula Junqueira Kipnis, a pesquisa teve início a partir de um edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que reuniu quatro universidades do Centro-Oeste brasileiro e a UFG: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Entretanto, em Goiás, o estudo inicial focava em

plantas do Cerrado, e as suas propriedades medicinais. "Em Brasília, os pesquisadores estavam estudando venenos de insetos, mas eles tinham uma outra proposta e procuravam substâncias que poderiam ser usadas para Epilepsia e Parkinson", explica.

Concomitante ao estudo das plantas do Cerrado, os pesquisadores do IPTSP decidiram também descobrir a finalidade do veneno dos insetos. Ana Paula explica que, durante esse processo, foi possível diagnosticar que as substâncias presentes no veneno dos escorpiões e vespas tinham como objetivo não apenas a proteção contra predadores, funcionando também como sistema de defesa do corpo. "Os insetos não possuem um sistema imunológico tão elaborado quanto o nosso, contando com os linfócitos, por exemplo, para fazer uma defesa específica pra infecções. Mas, eles conseguem se defender de bactérias, de fungos, de vírus por meio de substâncias com ação antimicrobiana", pontua.

A descoberta dos pesquisadores foi a presença de peptídeos (pequenos pedaços de proteína) antimicrobianos no veneno dos escorpiões e vespas, que são capazes de se ligar na superfície dos microorganismos impedindo a troca de
nutrientes e atrapalhando a parede
celular. Entretanto, de acordo com
a docente do IPTSP, a pesquisa rendeu mais frutos do que o esperado.
"Nós acabamos encontrando um
peptídeo mico bacteriano de vespa
que tem ação não apenas contra as
mico bactérias, causadora da tuberculose e hanseníase, mas também contra as bactérias gram negativas, que tem resistência e estão
presentes nas Unidades de Terapia
Intensiva", comemora Ana Paula.

A ação desses peptídeos sobre os micro-organismos se dá de diversas formas, segundo a pesquisadora. Na principal delas, ela explica que quando essas substâncias se ligam à superfície da bactéria, ela causa a formação de poros que levam ao extravasamento de conteúdo citoplasmático, levando à morte desse micro organismo. Este processo é quase imediato e, por isso, não proporcionaria à bactéria tempo suficiente para desenvolver algum mecanismo de defesa e gerar a famigerada resistência antibiótica. "Os antibióticos para agirem precisam entrar na bactéria e impedir a sua reprodução ou parede celular.

Então, a bactéria acaba desenvolvendo uma enzima que quebra esse antibiótico e não o deixa agir. Quando você tem substância que se liga à bactéria pelo lado de fora, já altera a função desse micro-organismo causando a sua morte, não dá tempo de a bactéria desenvolver nenhum mecanismo de defesa", ilustra.

Atualmente, a pesquisa está em fase de reconhecimento de patente. Porém, para chegar ao mercado, ainda há um longo percurso pela frente. Ana Paula comenta que ainda é necessário que alguma empresa do ramo farmacêutico se interesse pelo projeto e assim realizar o escalonamento. De acordo com a docente, esta é a fase mais desafiadora do estudo, já que no escalonamento a produção sai da etapa laboratorial pequena apenas para testes em animais, para uma escala maior. Nesta fase da pesquisa, também é realizado um estudo sobre como seria a apresentação dessa nova tecnologia. "Essa é a fase mais crucial. Depois desse processo todo a gente volta a testar para ver se continua funcionando como o esperado e aí iniciamos os ensaios clínicos em humanos", completa.

Escolas militarizadas avançam em Goiás

Para professora Miriam Fábia Alves, da Faculdade de Educação, movimento fragiliza ainda mais a escola pública

José Abrão

As chamadas escolas militarizadas estão em franco processo de expansão no Brasil. Nascido em Goiás, o modelo já está presente em 55 escolas no Estado e se espalhou por 23 unidades federativas, com um total de 120 escolas. Somente em Goiás, são 61 mil alunos. "O que a gente tinha como caso isolado de militarização, que é pegar uma escola estadual em funcionamento e entregar para a gestão da Polícia Militar, que é o processo mais 'clássico' iniciado agui em Goiás, de transferência de gestão, ele ganhou uma formatação muito diversa país afora", conta a professora da Faculdade de Educação (FE), Miriam Fábia Alves, que pesquisa o fenômeno.

O modelo de gestão militar da escola com atuação das corporações militares começou por agui em 1999, no governo Marconi Perillo, com a transferência de escolas públicas estaduais, que estavam em funcionamento, para a gestão da PM amparada em uma obscura lei estadual dos tempos da ditadura, de 1976, para oferecer educação exclusiva para os dependentes dos militares. Logo de cara, a implantação já passou a atender o público geral e logo vieram outras escolas. Esse processo de militarização se expandiu a partir dos anos 2010, quando começou a migrar, de fato, para outros Estados e através até mesmo de modelos privados de ensino.

Um exemplo é a rede Cruz Azul, de São Paulo, que já tem 11 colégios. "Para falar aqui em Goiás, um exemplo é que as redes municipais estão fazendo convênios os mais diversos com ONGs, com empresas contratadas, que implementam modelos de escola militar. Normalmente, estas organizações ou empresas possuem alguém da reserva da PM, dos bombeiros, ou mesmo das Forcas Armadas federais que é apresentado como militar e eles vendem 'pacotes de militarização'", relata Miriam. Mas como se justifica uma expansão tão agressiva?

"Há um convencimento da população de que este é um modelo desejável. Nessa onda conservadora, entra a questão da disciplina, da segurança, que ensina e tem um aluno que aprende o conteúdo, de um professor que é respeitado. De um aluno que é controlado do cabelo ao comprimento da calça ao sapato no pé", explica Miriam. Segundo a professora, isto ganha fôlego no atual momento político brasileiro, em que os políticos podem usar o modelo militarizado de maneira eleitoreira e como trampolim político para toda espécie de mandatário. "Assim como

o governo Marconi Perillo usou a militarização como ponta de campanha pra falar sobre a qualidade da escola estadual e militarizava as escolas logo antes das eleições", expõe.

Inclusive respaldado pelo novo governo que criou no ano passado a nomenclatura "escolas cívico-militares" a partir do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 e ainda criou no MEC a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Uma mudança muito grande, visto que a proposta, na letra da lei, era criar colégios para os filhos dos policiais e que funcionariam dentro da instituição. Mas e a qualidade, seriam estas escolas tão melhores quanto os governadores e agora até o presidente apregoam? De acordo com os estudos recentes, os resultados até agora dizem: esses alunos têm melhores notas que os demais alunos de escolas públicas porque estes não são os alunos da escola pública comum. "Há uma seleção desses alunos que permanecem na escola militarizada, por vários motivos", explica Miriam, "esse aluno é mais branco, tem melhores condições financeiras, tem melhores condições culturais. É um perfil socioeconômico completamente diferente. A própria manutenção desse estudante é diversa do estudante em uma escola pública que, por exemplo, não cobra taxa, que por si só já seleciona muito".

Portanto, há um processo de diferenciação das demais escolas públicas, o que Miriam chama de "profundamente perverso", pois "não é o mesmo currículo, esta escola tem melhor infraestrutura, tem laboratório, está bem preservada. Me diz se ao longo de três anos, esse estudante da escola estadual do interior do Estado e esse da escola militarizada não terão diferenças no processo de aprendizagem. É óbvio que terão. E neste caso estou desconsiderando todos os fatores externos".

Neste cenário, "o governo abandonou a escola pública comum. O país criou uma tradição de que escola pública é pra quem não tem nada, então ela pode ser pobre para pobre. Então quem se importa?", afirma a professora. Ela lamenta a expansão e que efeito isto pode ter na formação cidadã dos alunos, pois "é uma escola que inibe a crítica, inibe a autonomia, que ensina a obediência sem qualquer possibilidade e questionamento. Neste aspecto é profundamente perversa para a sociedade brasileira neste momento em que a gente vive".



O Estado é para todos

Professor Athos Magno Costa e Silva Iançou novo livro em que debate Estado de direito, liberdade e democracia

José Abrão

Aposentado da sala de aula há dois anos após passar 38 anos como docente, o professor Athos Magno Costa e Silva lançou, no segundo semestre do ano passado, o livro O Estado Social de Direito (editora Petrony, 646 páginas), um tratado político, filosófico e jurídico que busca unir o direito do indivíduo com o poder do coletivo como base para uma proposta de Estado. Natural de Piracanjuba e doutor em Ciência Política pela Universidade Johann Wolfgang Goethe, de Frankfurt, este é o segundo livro do autor, que publicou em 2008 O Estado e o Campo no Brasil - 1930-1964. "Não posso avaliar se este livro é bom ou ruim, mas posso dizer que ele é resultado da minha vida até aqui, das escolhas que eu fiz ao longo da minha trajetória política, dos meus erros, meus acertos e reflexões. É um produto autêntico do que eu consegui produzir", afirma.

A inquietação, embora antiga, aflorou após a pergunta de uma aluna: "qual o melhor tipo de sociedade, o melhor tipo de Estado que pudesse propiciar satisfação material para as pessoas e felicidade? Esta é uma pergunta central da filosofia política", lembra. A primeira teoria que lhe foi apresentada sobre isso veio dos estudantes marxistas da UFMG, quando ele ingressou no curso de Medicina em Belo Horizonte. "A teoria era uma parte da sociedade deve derrotar a outra usando a violência e subjugar a outra por meio de uma ditadura. Essa concepção me dominou tão profundamente a ponto de eu abandonar o curso para me dedicar de forma absoluta à luta contra a ditadura militar no Brasil".

Na clandestinidade, foi para Cuba, onde passou um ano fazendo treinamento militar. "Quando conheci Cuba, não como turista de final de semana, mas por dentro, eu tive o primeiro choque teórico e político em desfavor do socialismo tal como existe. Eu saí de Cuba confuso e sem uma alternativa teórica clara". Depois, passou sete anos na Alemanha e por lá esboçou os pontos de partida que agora compõem seu livro: deve-



Professor Athos Magno, após 38 anos de docência, apresenta nova contribuição para o debate político

mos ser contra as ditaduras, de qualquer tipo. "O livro defende a liberdade e a democracia. Um estudante, hoje, digamos da UFG, radical, como era o Athos Magno de 1968, poderia dizer: mas caminhar tanto para chegar a uma posição tão moderada?", questiona, "eu admito que os movimentos extremos revolucionários podem em determinados momentos da história provocar mudanças que venham a beneficiar a sociedade e o ser humano, mas são momentos excepcionais". E completa: "não é fácil defender a liberdade e a democracia".

Escreve o professor que ambas não "andam de mãos dadas" e que são contraditórias. Ser livre é fazer o que você quer fazer, sem levar em consideração o que está acontecendo ao seu redor. "A liberdade é algo maravilhoso, mas tem ao mesmo tempo um perigo do individualismo que pode levar ao egoísmo profundo, como por exemplo, pode levar as pessoas a acumular riquezas enquanto ao redor reina a miséria e o sofrimento, sobretudo no individualismo dos proprietários", explica, "a democracia é justa, necessária e desejável, porque é a vontade da maioria, mas encerra também um perigo que é o da ditadura da maioria sobre a minoria".

O livro discute como articular estes dois princípios. "A proposta é aproveitar o que há de bom e descartar a mediocridade, e aproveitar o que há de bom na democracia, que é o povo, descartando o perigo da tirania", propõe o professor, "isto é uma

concepção de Estado que se sustenta no equilíbrio de elementos contraditórios".

O livro propõe dizer o seguinte: a sociedade deveria ser integrada em torno da defesa dos princípios da liberdade e da democracia sabendo que estes princípios são contraditórios. Pode parecer utópico, mas para o professor esta proposta não pode se basear no ser humano. "Eu acabei, ao longo dos anos, diminuindo de forma drástica minha crença no ser humano. Eu acredito mais, como Kant, na tese da lei. A lei que vai obrigar o ser humano a ser um bom ser humano e cidadão", afirma.

Pra ele, a questão central na política brasileira hoje é promover um esforço civilizatório que descarte, em primeiro lugar, o pensamento e a prática ditatorial. "Isso significa que você tem que conquistar a população para isso. Dissuadir a população, a sociedade, de seguir práticas primárias autoritárias e conquistar a sociedade para caminhar no sentido da elevação não somente das condições materiais do país, mas também do pensamento", disse.

"A Constituição de 1988 foi uma vitória daqueles que tinham uma preocupação social e o Brasil daquele momento tinha essa preocupação. O que está acontecendo no Brasil no momento é uma derrota do social", afirma, "feita de maneira mais ou menos explícita, isso sem contar as tentativas do próprio bolsonarismo de liquidar com a própria liberdade e democracia no Brasil, isto já é um intento que levaria à ditadura".

Portanto, "nós temos que ter clareza que é preciso garantir a dimensão social da Constituição brasileira e isso não é possível apenas com uma democracia política", explica. O professor finaliza: "em essência, eu espero que este livro possa contribuir na medida do possível com o debate que existe atualmente no Brasil. É uma contribuição que eu julgo modesta, mas é um esforço que estou oferecendo, e agradeço ao Adufg por dar a oportunidade de colocar aos colegas professores e estudantes da universidade federal estas ideias".

Introdução à misoginia medieval de Tertuliano a Chaucer: Estudo e leitura de textos fundamentais

Pedro Carlos Louzada Fonseca

Peter Lang Publishing/ 298 páginas



Este livro tem como tema principal o exame críticoanalítico de textos que representam o que de mais significativo existe na tradição literária misógina Ocidental. Já desde a sua introdução, e na extensão de cinco magistrais capítulos, estuda o que há de mais exponencial para a questão da difamação da mulher no mundo Antigo e no período medieval. Num percuciente esforço seletivo de

fontes, prima por colocar em evidência Aristóteles, Ovídio e Juvenal, autores do mundo Antigo que influenciaram a Patrística representada por escritos de São Jerônimo e Santo Agostinho, antecedidos por Tertuliano, Santo Ambrósio e São João Crisóstomo. Passando por Graciano, chega-se a Abelardo e Heloísa, ao lado de outros autores visitados de forma mais sintética, como Godofredo de Estrasburgo, o anônimo Ancrene Riwle e Guido delle Colonne. Marbodo de Rennes, Walter Map e André Capelão, da tradição misógina satírica no latim medieval, e adaptações vernáculas na Idade Média tardia, com os nomes de Jean de Meun, Giovanni Boccaccio, Jehan Le Fèvre e Geoffrey Chaucer comparecem no livro. Certamente elaborado de forma não só de interesse acadêmico, mas também didático e de apelo popular, o livro muito contribuirá para os estudos das questões de Gênero, da Idade Média, da Religião, da Ética, entre outros. E, para além da instrução e informação que poderá proporcionar, a sua proposta principal é de valor indubitavelmente ético, de combate aos preconceitos, à misoginia que tão duramente malsãos e perversos, ainda nos dias atuais, atingem as pessoas e a nossa sociedade.



Convite

Professor (a), divulgue o seu livro!

O Jornal do Professor tem este espaço para que você possa divulgar sua pesquisa e publicações científicas. Se você possui algum livro publicado no ano passado ou este ano ou senão relançado ou reeditado recentemente, ele pode ser divulgado em nosso jornal. Basta enviar para o e-mail jornaldoprofessor. adufg@gmail.com uma imagem da capa e informações básicas como título, nome dos autores, editora e número de páginas.

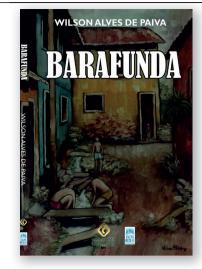


Barafunda

Wilson de Paiva

Editora Kelps/ 148 páginas

Coletânea de contos intimistas que retratam o conflito entre o homem urbano e o saudosismo de um tempo perdido. Barafunda é um lugar-tempo que remonta à vivência simples de nossos antepassados. Como eixo de condução dos dezesseis contos, há uma linha psicológica e filosófica que conduz o leitor à busca de Barafunda, a qual pode estar, de repente, dentre de cada um. Ao longo dos 16 contos que integram a obra, o escritor vai trazendo à tona, pela sua narrativa, locais e pessoas de Trindade, como uma certa pracinha, o coreto e a fonte que jorrava água, presentes num conto sobre uma praça que remete à

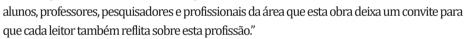


pracinha da Igreja Matriz. Em outro conto, um senhor fica encantado com a brincadeira de crianças, uma figura que faz lembrar Arleno Mendanha, poeta trindadense.

Comunicação & relações públicas em uma visão plural

Simone Antoniaci Tuzzo e Luciano Alves Pereira (orgs.) Gráfica UFG/ 180 páginas

"O volume 1 da Coleção Pensamentos foi produzido por professores do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, além de convidados que se dedicam a pensar os diversos campos de atuação da profissão e dos profissionais de Relações Públicas em uma realidade social de constante transformação e desafios. Os vários capítulos que aqui se apresentam são uma reflexão desses diversos campos de atuação dos Relações-públicas e de uma profissão de vários olhares. É pensando nos

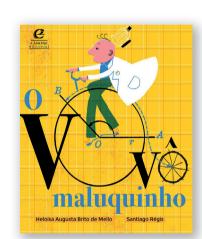




O Vovô Maluquinho

Heloísa Augusta Brito de Mello Editora Cânone/ 32 páginas

"Dizem que, quando as pessoas envelhecem, viram crianças. Nem todas. Algumas, em especial os avós, convivendo com os netos, redescobrem a magia do pensamento infantil. Sérgio, o Vovô Maluquinho, descobriu o mundo de fantasia de Danilo e Isabela, um mundo diferente e original, que vai na contramão da lógica e da insipidez do mundo dos adultos.Leia este livro, escrito pela Vovó Heloísa, e descubra você também o encanto de uma família de maluquetes!", Vera Tietzmann Silva.



Amigos e Guildas: Performance, Mídia e Agência em um MMORPG

José Abrão

Editoria CRV/ 168 páginas

A indústria dos games continua crescendo de maneira extraordinária: são mais de 2.4 bilhões de gamers em todo o mundo. Destes, grande parte é adepta de jogos online de diversos estilos. Estes jogadores online, estão se alienando da vida social? Fruto de uma dissertação de mestrado, o livro traz um resgate teórico dos games e da mídia digital em relação a conceitos da comunicação e principalmente das performances culturais. Nesta pesquisa, acompanhamos um grupo de jogadores em suas atividades e averiguamos que eles formaram laços sociais reais e duradouros dentro deste e de outros mundos digitais. Mais ainda, ao final de nossa pesquisa ficou claro que estes

 $jogadores\,n\~ao\,permanecem\,ativamente\,engajados\,nestes\,jogos\,por\,causa\,do\,video\,game,\,mas\,pelas\,pessoas\,com\,quem\,convivem\,e\,pela\,amizade\,que\,formam\,atrav\'es\,de\,suas\,experi\^encias\,compartilhadas\,in\,game.$



Adufg recebe Plenária do Servidor Público

O Adufg-Sindicato sediou em 17 de fevereiro, a Plenária do Servidor Público Estadual, Federal e Municipal, O principal objetivo do encontro foi discutir ações conjuntas entre servidores públicos das três esferas com foco na defesa dos serviços públicos, das empresas estatais, do Brasil e dos trabalhadores. Entre os principais temas debatidos, estão as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 186, 187 e 188 e a reforma administrativa. Participaram do evento mais de 15 representantes de centrais e entidades sindicais, além de dois representantes de deputados federais do Estado de Goiás. A mesa foi composta pelo presidente do Adufg, Flávio Alves da Silva, e pelo representante do Sint-Ifesgo, João

Pires. Entre as entidades presentes também estavam CUT, CTB, Sintego, Sintef-GO, Sindsaúde, Sindsep, Intersindical, Sindifesp, SindReceita, Sindgestor, Sindperícias, SindMPU, entre outras. Após a abertura, foi a vez da fala do palestrante convidado, Rudinei Marques, do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonecate). Segundo Rudinei, caso as reformas do governo passem, vai faltar não apenas servidor, mas serviço. "Não tem segredo, a realidade que a gente vislumbra é de colapso. A população vai procurar qualquer tipo de atendimento e não vai encontrar", explica e adiciona que, de fato, o objetivo do governo nem é esse, e sim "cortar salário e pra isso eles já tem as PECs 186 e 188".



Rudinei Marques abordou o iminente colapso do Serviço Público

Conselho Deliberativo da Proifes define agenda



Federação organizou agenda de mobilizações para este ano

A primeira reunião do Conselho Deliberativo da Proifes-Federação definiu o planejamento estratégico de ações e mobilizações para o ano de 2020. A reunião elaborou articulações para contrapor ações do atual governo que visam o enfraquecimento do serviço público brasileiro, como

a MP 914, que altera o processo de eleição de reitores e diretores das universidades e institutos federais, e as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 186, 187 e 188, de 2019, que alteram disposições financeiras, despesas obrigatórias e medidas de ajuste e restrição fiscal.

Diretoria participa de ato contra a reforma administrativa, em Brasília

O presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva, e os diretores João Batista de Deus e Abraão Garcia, participaram de ato político em defesa da valorização do serviço público no Brasil, no dia 12 de fevereiro. O evento foi realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília. O ato foi organizado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, em parceria com as Centrais Sindicais de todo o País. Diante da grande ofensiva contra o serviço público e seus servidores, o ato é uma das ações de defesa dos que trabalham no serviço público, assim como de um serviço público de qualidade no atendimento à população na esfera federal, bem como nos estados e nos municípios. O ato foi seguido pelo seminário "Reforma administrativa desmonte do Estado como projeto".



Frente planeja estratégias para barrar retrocessos

Adufg apoia 13ª edição da Mostra "O Amor, A Morte e as Paixões"

A XIII Mostra O Amor, a Morte e as Paixões foi realizada entre os dias 12 e 26 de fevereiro no Cinema Lumière do Banana Shopping. A mostra é uma das mais conceituadas e tradicionais do país e conta com a curadoria do professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e comentarista de cinema, Lisandro Nogueira. Foram exibidos, ao todo, 95 filmes de 26 países

diferentes, incluindo 22 filmes brasileiros, sendo quatro deles de produção goiana. O Adufg é um parceiro de longa data da mostra e, além de apoiar esta edição, disponibilizou quatro ingressos para docentes filiados que quisessem participar do evento. Os professores apoiaram com entusiasmo o festival e, como de costume, não sobrou um ingresso sequer.



Entre os filmes da Mostra esteve "Parasita", vencedor do Oscar 2020

Um aprendizado que não está nos livros

Professora da Faculdade de Medicina, Maria Helena Canuto sempre soube de duas coisas: queria educar e cuidar

Luciana Porto

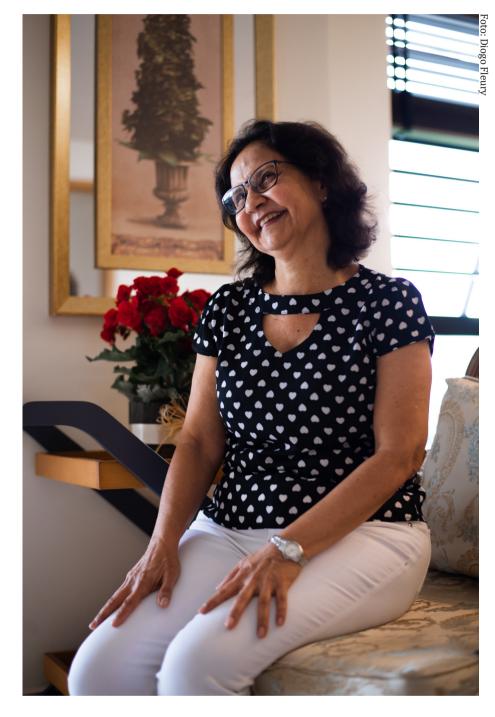
A tela em branco do computador já me adiantava o quão difícil seria transformar em palavras uma trajetória tão intensa quanto a de Maria Helena Canuto. Talvez porque ela tenha a quantidade exata de amor e realização que muitos profissionais aspiram para sua carreira.

Natural de Anicuns, Maria Helena Canuto chegou à capital goiana no final da década de 1950. Apesar de ter ingressado tardiamente nos estudos aos oito anos de idade, aos cinco ela já sabia o que gostaria de ser quando crescer: médica de crianca. Essa descoberta veio após ser diagnosticada com coqueluche. Ela lembra que sua mãe possuía um livro de medicina alternativa que indicava plantas que auxiliavam no tratamento de várias patologias. Mesmo sem saber ler. Maria Helena folheava as páginas do guia em busca de um tratamento eficaz tanto para a doença que tinha, quanto para ajudar também outras pessoas da família. "Quando alguém se queixava de alguma dor, eu corria até o quintal atrás de uma plantinha que pudesse ajudar a fazer um medicamento", acrescenta a professora e médica.

Aluna de escola pública desde o início da vida estudantil, Maria Helena também precisava ajudar financeiramente a família. Então, pela manhã ia para o colégio e à tarde oferecia aulas particulares para alunos com dificuldade em alguma disciplina. Assim teve início a segunda parte da sua história: a docência. "Eu observava os meus professores e tomava como exemplo as características que cada um tinha de melhor, foi assim que construí a minha forma de ensinar", explica.

O fato de não poder se dedicar totalmente aos seus estudos complicou um pouco a rotina escolar de Maria Helena, que acabou perdendo o primeiro lugar da turma e, consequentemente, a bolsa de estudos para o preparatório para o vestibular de medicina. Sem condições para pagar pelo curso, ela não sabia que providência tomar, quando lembrou-se de uma vizinha que tinha contato com um senador. "Contei sobre o meu sonho de ser médica e pedi ajuda para conseguir uma bolsa. Mas, eu tive a seguinte resposta: 'desde quando filho de pobre pode estudar medicina? Filho de pobre tem que trabalhar!'. Nesse momento o meu sonho poderia ter ido por água baixo, mas eu não desisti", lembra.

Determinada, Maria Helena procurou o diretor da escola para pe-



Maria Helena descobriu ainda na infância pobre que queria ser professora e 'médica de criança'

dir uma bolsa de estudos. Com todo o seu histórico escolar em mãos, a menina comprovou que tinha boas notas e falou novamente sobre o seu sonho de ser médica, o que levou o diretor à oferecer meia bolsa à Maria Helena. "Depois de todos esses anos que se passaram, tive a oportunidade de reencontrar esse professor (Marcio Avelino) no ano passado, numa Unidade de Emergência em Goiânia. Foi muito emocionante esse encontro."

Em 1977 a docente conseguiu realizar o seu sonho: se formou médica. Com sorriso no rosto, Maria Helena lembra dos desafios que enfrentou no decorrer do curso. A partir do quinto período da graduação ela conta que começou a estagiar, e por isso algumas vezes era necessário perder algumas aulas, em detrimento dos plantões. Uma dessas aulas perdidas foi a de hidratação venosa com o professor Aldir Alves Bezerra, a quem Maria Helena

fez questão de citar com carinho. "Na aula seguinte ele perguntou quem gostaria de ir à frente da sala realizar o exercício e eu me levantei. Então ele me questionou: - mas você não assistiu a aula! Eu respondi que mesmo assim gostaria de tentar. E consegui fazer tudo certinho, o impressionei com a metodologia. Depois da aula ele me chamou em particular e me convidou para trabalhar com ele. Foi o meu primeiro emprego, eu era auxiliar de neonatologia na Maternidade Modelo", onde permanece até hoje, agora como sócia.

A docência veio em seguida. Maria Helena já era mãe de um menino e esperava a segunda filha quando foi convocada e começou a trabalhar no ambulatório do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). "Era uma área que eu não tinha muita experiência e estava muito difícil para

mim também como mãe. O meu leite começou a secar, e muito triste eu procurei o doutor Aldir para me aconselhar e ele me disse: - pede uma licença, prepara o seu material e volte. E mais uma vez ele me deu um empurrãozinho. E assim fiquei no pronto-socorro até 1992", relata.

Com a carreira acelerada, outros desafios foram surgindo. O terceiro filho, o divórcio, a divisão entre os consultórios, aulas e a maternidade. Durante uma reunião na escola dos filhos, Maria Helena ouviu de uma psicóloga sobre a falta de preparo dos pais para a adolescência dos filhos. "Isso me acendeu um alerta! Meus filhos estavam crescendo e percebi que muitas famílias realmente não sabiam como lidar com todas as mudanças físicas, emocionais, sociais, hormonais dessa fase dos filhos. Percebi que gostaria muito de me especializar nessa área". Este foi o momento em que a médica se inseriu no Ambulatório para Assistência e Saúde do Adolescente, fundado pelo Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações Para a Saúde do Adolescente ligada à Faculdade de Medicina. Lá, Maria Helena conviveu com histórias que contribuíram ainda mais para o seu crescimento enquanto médica, mas sobretudo enquanto mãe e ser humano.

A professora assumiu a disciplina de Semiologia da Adolescência para os alunos da graduação por mais de dez anos, foi coautora de diversos livros relacionados ao tema, palestrou sobre a adolescência em escolas e instituições de ensino, e durante todo esse percurso iniciou o atendimento de crianças vítimas de violência sexual. Com os olhos marejados, Maria Helena contou: "eu não me sentia preparada, mas pedi muita sabedoria à Deus. Fizemos cursos, pedimos ajuda ao Materno Infantil que era referência nesse tipo de atendimento, montamos uma equipe multiprofissional e estruturamos o serviço dentro da maternidade do Hospital das Clínicas", comenta sobre a criação do serviço que permanece em execução até os dias atuais. "É uma herança que deixei para o Hospital das Clínicas", completa a médica.

A tela antes branca agora está repleta dessa história. O espaço que possuímos para essa coluna é pequeno, diante de tantas trajetórias enriquecedoras e motivadoras. Com Maria Helena não foi diferente: falta espaço na estante para colocar todas as conquistas profissionais. Porém, sempre há espaço no coração e na memória para guardar todas as histórias.